

A APROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS PARA MONOCULTURA DE EUCALIPTO, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E CONFLITOS TERRITORIAIS NO ESPÍRITO SANTO – BRASIL.

Marilda Teles Maracci¹

Trata-se de um estudo geográfico a partir dos impactos socioambientais e conflitos territoriais decorrentes do modelo de desenvolvimento agro-exportador, especificamente das atividades do complexo agroindustrial e monocultor de eucalipto para produção de celulose branqueada, desenvolvida pela empresa transnacional Aracruz Celulose S/A (ARCEL) no estado do Espírito Santo, Sudeste do Brasil.

Diferenciando-se dos outros grandes projetos industriais implantados no Espírito Santo, o da Aracruz Celulose, por suas características de abrangência rural, exploração agrícola de mão-de-obra especializada e capital intensivo, tomou terras das populações camponesas (ilícita e violentamente), concentrou a propriedade fundiária, provocou a elevação dos preços das terras e dos imóveis, constituindo-se em fator de expulsão do homem do campo, inclusive de indígenas e remanescentes quilombolas.

A monocultura do eucalipto nestes territórios data do final da década de 60 (1967/68), quando foram apropriadas as melhores terras da produção agrícola naquela época. Além da emigração, trouxe efeitos de assalariamento e também desemprego, urbanização e sazonalidade nas ocupações, desestruturando profundamente a sócio-economia, a cultura e o ambiente local.

Este complexo envolve fábricas (no município de Aracruz-ES) e grandes extensões de plantio de eucalipto atingindo vários municípios do Norte do Espírito Santo. Ao longo das últimas quatro décadas, este complexo tem destruído o modo de vida de comunidades locais, principalmente comunidades tradicionais/camponesas. O caráter expansionista do setor faz com que continuem invadindo suas terras, causando a dispersão de muitas comunidades.

Os rios nessas regiões foram degradados pela contaminação por uso intensivo de agrotóxicos e por um processo de secamento relacionado ao plantio em larga escala, ambos comprometendo a pesca e a qualidade da água potável. A empresa Aracruz Celulose

¹ (doutoranda em Geografia)

Universidade Federal Fluminense – UFF

marildamaracci@click21.com.br

desviou águas do Rio Doce, num processo ilícito, para garantir o consumo abusivo de 248.000 metros cúbicos diários, gratuitos, das suas três fábricas de celulose.

O discurso desenvolvimentista empresarial respaldado pelo Estado, estimulou uma migração enorme de trabalhadores em busca da promessa de emprego, principalmente por ocasião das implantações das fábricas de celulose. Hoje, encontra-se milhares de ex-trabalhadores, muitos mutilados pelo trabalho danoso (acidentados motosserristas, por ex.), que foram demitidos como resultado de um processo violento e nefasto de automatização e terceirização. A perda da dignidade dessas pessoas é explícita quando constatada a existência de um alto índice de prostituição infantil nos bairros onde os ex-trabalhadores residem, como é o caso da comunidade de Barra do Riacho em Aracruz, vizinha do complexo fabril e onde situa-se o porto da empresa (Portocel). As pessoas que resistem, no meio da monocultura de eucalipto, perderam seu entorno de Mata atlântica e tentam não perder sua identidade e sua riqueza cultural, sofrendo literalmente um processo de isolamento profundo, ilhadas pela monocultura. Quem resiste contra este projeto está sujeito às tentativas de cooptação e até ameaças de morte.

O espaço territorial do estado do Espírito Santo constitui uma área de aproximadamente 4.618.410ha, com relevo diversificado, mas predominantemente montanhoso. As plantações de eucalipto em grandes extensões de terras, controladas pelo Grupo Aracruz, estão localizadas numa faixa territorial bastante privilegiada para a agricultura mecanizada, compreendendo a Zona dos Tabuleiros e as planícies litorâneas ao norte da região, representando quase 23% do território capixaba (1 milhão de hectares). Dos mais de 130 mil hectares do território regional, ocupados com a monocultura do eucalipto, até 1981, cerca de 116 mil hectares já se encontravam nos municípios litorâneos do norte, do município de Aracruz ao município de Conceição da Barra². Essa faixa litoral norte da região capixaba possui cerca de 92,5% de seus terrenos com declividade inferior a 30°³. Terras férteis, planas, agricultáveis, muitas delas são devolutas.

O Grupo Aracruz iniciou oficialmente suas atividades no território espírito santense em 1967 com uma unidade registrada como Aracruz Florestal S.A. Atualmente, compõem o Grupo Aracruz uma holding denominada Aracruz Celulose S.A., controlada pelos grupos Lorentzen (família real norueguesa, maior acionista), Safra e Votorantin). Suas atividades atuais dedicam-se à produção e comercialização de celulose fibra curta, produzida a partir de madeira de eucalipto, extraída de plantações próprias mas também de terrenos de terceiros, em regime de sub-contratação (Programa Fomento Florestal da Secretaria Estadual da

² INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Programa de desenvolvimento regional integrado – Região-Programa IV – Linhares*. Relatório preliminar. 1 v., 1983. p. 34.

³ *Ibid.*, p. 37.

Agricultura). As unidades industriais A, B e C instaladas no município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo, possuem uma capacidade nominal de produção anual de celulose de 2 milhões de toneladas. A ARCEL é a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, vendida globalmente para fabricantes de papéis sanitários, de imprimir e escrever, e papéis especiais.

A planta da fábrica foi concebida para operar de modo integrado, apoiada no tripé floresta-fábrica-porto, sendo auto-suficiente quanto aos insumos naturais, químicos e energéticos, assim como no que se refere aos recursos humanos, administrativos e comerciais.

O caso da ARCEL é paradigmático no que diz respeito aos impactos sociais e ambientais. É um processo contínuo de geração de impactos indesejáveis e insustentáveis. É extremamente rápida a expansão da monocultura de eucalipto em larga escala no Estado do Espírito Santo, causando uma série de impactos negativos de caráter social, econômico, ambiental e cultural para as comunidades locais.

A apropriação e concentração da terra e das águas constituem a base deste empreendimento. A monocultura, o desmatamento da Mata Atlântica, o manejo do plantio, o desvio de rios e riachos, os distúrbios hídricos como secamento de riachos, mananciais, nascentes, assoreamentos e conseqüente diminuição de chuvas, o desequilíbrio das condições de vida das comunidades locais e a expulsão das terras, compõem hoje o quadro geográfico da área em questão. *“A consolidação da Aracruz Celulose no Brasil se confunde com o deslocamento forçado, a repressão e o assassinato de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais em Minas, na Bahia e, sobretudo, no Espírito Santo.”*⁴

A parceria do Estado com o Projeto Aracruz é decisiva desde os momentos de articulação pró-indústria no Espírito Santo e se manifesta através de esforços estatais expressos em incentivos fiscais, reconhecimentos oficiais de apropriações indevidas de terras, de licenciamentos e EIA-Rimas ilegítimos, financiamentos, créditos, condições de mercado e outros.

Há quatro décadas o Estado fornece altos empréstimos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e concede licenças ilegais para plantios – não respeitando áreas de preservação permanente - e fábricas – construídas sobre uma antiga aldeia indígena. Além disso, as empresas exportadoras devedoras no INSS foram beneficiadas pela Lei Kandir, causando situações dramáticas como no Espírito Santo, onde o governo estadual deve mais de R\$ 100 milhões de créditos de ICMS à empresa ARCEL.

⁴ Thuswohl, Maurício. **A Insustentável produtividade da celulose**. Rio de Janeiro: Agência Carta Maior, 27/04/2004.

Ao mesmo tempo, o Estado não tem apresentado nenhuma alternativa à população local, ao contrário, mostra-se cada vez mais conivente com os interesses empresariais em detrimento da sua responsabilidade social e, neste vazio, as empresas assumem alguns papéis do Estado, desenvolvendo uma relação perversa de dependência e desestruturação da organização social das comunidades locais.⁵

“Os investimentos iniciais foram de US\$ 536 milhões, dos quais o BNDES proveu 45%, os recursos próprios responderam por 36% e os restantes 19% provieram de financiamentos externos”. (DALCOMUNI; 1990)⁶ Em 1984, quando a produção de celulose atingiu 456.293 toneladas, foi decidida a duplicação da produção, para o que foram investidos 1,2 bilhão de dólares, dos quais 908 mil na planta industrial, cujas obras foram iniciadas em 1988 e inauguradas quatro anos depois. Foi adotado um sistema de produção altamente informatizado, o que possibilitou o controle da área de produção por apenas 80 empregados e, com a informatização da antiga fábrica levada a efeito a seguir, o número total de empregos na área foi ainda mais reduzido. A área florestal também foi mecanizada, reduzindo o seu quadro em mais de 40%.⁷ (p.180)

A Empresa, em última análise, organizou o território às suas necessidades e requisitou ao Estado todas as condições necessárias à sua operação: políticas, institucionais, fiscais, infra-estruturais e de capitalização. Para lá acorreram os trabalhadores não qualificados, que chegaram a 14 mil em 1977, todavia, quando do começo das operações da fábrica, apenas 808 postos foram criados. No conjunto foram inicialmente gerados 4.620 empregos diretos e, na operação plena, o número de empregados chegou a 7.500. A taxa de crescimento urbano da micro-região⁸ em que está inserida foi de 111,7% na década de 70-80, só superada no Estado pela Grande Vitória.⁹

O Poder Público teve ainda que responder com os meios de que dispunha às urgentes demandas das rapidíssimas transformações sociais que ocorriam e muitas vezes o fez com a repressão às manifestações de insatisfações. Além disso, devido à falta de alternativas regionais, parte dos trabalhadores dispensados ao final das obras de instalação da ARCEL procurou na Região Metropolitana as oportunidades de colocação ou nela

⁵ Carta de Porto Seguro (Movimento Alerta Contra o Deserto Verde); 29/072003.

⁶ Sônia DALCOMUNI, **A implantação da Aracruz Celulose no ES: principais interesses em jogo. 1990.**

⁷ - ABE, André Tomoyuki. *Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização*. São Paulo: USP (Tese Doutorado), 1999.

⁸ - Atualmente, Micro-Região da Metrópole Expandida Norte.

⁹ - Nara Cuman MOTTA, *As conseqüências da implantação do Projeto Aracruz Celulose sobre a estrutura econômica da Região de Linhares*.

disponibilizaram-se como mão-de-obra de reserva.¹⁰ Mas, grande parte permaneceu no Município de Aracruz, particularmente no povoado de Barra do Riacho.

Nos registros da história do Espírito Santo, verifica-se o papel de proteção da região mineira contra as possíveis tentativas de invasão, tendo sido priorizado o caminho de escoamento dos minérios através do Rio de Janeiro. Para isso a Coroa proibiu a navegação fluvial e a construção de vias de penetração, o que veio a causar o seu isolamento por pelo menos dois séculos. Segundo o olhar de Saint Hilaire, expressando sua concepção de desenvolvimento, “no final do período imperial, a Província estava abandonada, muito pobre e desprovida de infra-estrutura e mão-de-obra, com suas regiões inarticuladas entre si, restringindo-se as atividades principalmente ao litoral, ainda que desvinculadas das economias mais dinâmicas.” A ocupação se limitava a alguns vilarejos no litoral, junto às desembocaduras dos rios; além de Vitória, que era a sede burocrática da província, o Estado contava no início do século XIX com outras seis vilas: Itapemirim, Benevente, Guarapari, Vila Velha, Viana e Almeida. Na descrição de sua passagem pela província por volta de 1820, Saint Hilaire considerou-a sem atrativos, isolada e mal dotada, o que tornava auto-suficientes mesmo as pequenas propriedades, que produziam quase tudo o que necessitavam seus moradores para a vida rústica que levavam¹¹. Pode-se afirmar hoje que foi justamente esse isolamento o que permitiu ao estado manter considerável parte de suas múltiplas características naturais e culturais, que o mega empreendimento celulósico em questão já se encarregou de destruir também de forma considerável.

A baixada costeira norte do ES, onde no século passado ocorrera uma economia baseada na mandioca e desde então se praticava a economia de subsistência, foi mais recentemente alvo de completa reestruturação, com aplicação de grandes capitais em empresas rurais de cultivo do cacau, cana-de-açúcar, florestas artificiais, frutas tropicais e outros produtos, com a adoção de técnicas modernas mecanizadas e sob grande concentração de propriedades e assalariamento da mão-de-obra.¹²

O Espírito Santo situa-se no espaço periférico receptor da transferência de sistemas produtores padronizados em grande escala, especialmente em plantas industriais de siderurgia, celulose e mineração.¹³ (p.14)

SIMÕES sugeriu que...

¹⁰ - Ibid., p. 182-183

¹¹ - Auguste SAINT HILAIRE, *Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo*, p. 28 (In: ABE, André Tomoyuki. *Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização*. SãoPaulo: USP (Tese Doutorado), 1999.

¹² - ABE, André Tomoyuki. *Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização*. SãoPaulo: USP (Tese Doutorado), 1999 p.106

¹³ - Ibid, p. 14

“... os ‘Grandes Projetos’ passem a ser tratados enquanto ‘Centros de Poder’, cujas decisões estruturam e modelam, em termos macro, a estratégia provável de crescimento econômico... Procurando concretizar a estratégia de crescimento sob a ótica eminentemente ‘privativista’, esses centros de poder:

a) definem políticas públicas próprias;

b) pressionam e/ou interferem para/na formulação de políticas estatais, nos três níveis de poder;

c) alavancam e/ou viabilizam reivindicações estaduais, sejam do

Governo, sejam da iniciativa privada, junto ao Governo Federal, às agências de financiamento nacionais e internacionais e a outras empresas estatais, além de possibilitarem a inclusão do Espírito Santo nas grandes políticas do Governo Federal, ..”¹⁴

As atividades da empresa citada e os impactos socioambientais decorrentes atingem duas dimensões territoriais:

1- A dimensão territorial referente a extensão do plantio de eucaliptos e estrutura fabril.

Essa dimensão forma um território de extensão contínua de operações florestais em terras próprias abrangendo o Norte do Espírito Santo e outro território descontínuo com plantio em terras de pequenos produtores agrícolas. Para conseguir essas terras contínuas, ela anexou 244 propriedades (INCRA, 2001)¹⁵. As atividades silvicultoras da empresa, que abrangem áreas de pequenos agricultores, dão-se dentro do Programa de Fomento Florestal (desenvolvido pela Secretaria Estadual de Agricultura), em parceria com mais de dois mil produtores rurais locais que se distribuem também pelas áreas centrais e sul do estado. “As operações florestais da ARCEL abrangem 170.000 hectares de plantios próprios de eucalipto nos estados do Espírito Santo e Bahia (...). As

¹⁴ - In: Espírito Santo Séc. 21, *Documento síntese: os grandes diretores do processo de transformação do ES.*, pp. 54/55)

¹⁵ Dados do Relatório DESC, sobre “**Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo.**” Vitória, 13 de agosto de 2002 (1a.versão). Este relatório foi elaborado por diversas entidades e pessoas que compõem a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, um movimento contra os impactos socioambientais provocados pela monocultura de eucalipto nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

atividades silvicultoras da empresa abrangem ainda outros 37.000 hectares de plantios de eucalipto dentro do Programa de Fomento Florestal, desenvolvido em parceria com mais de dois mil produtores rurais locais. No Espírito Santo, a ARCEL opera a maior unidade de produção de celulose do mundo, totalmente integrada aos plantios e a um porto privativo especializado, Portocel, em Barra do Riacho, município de Aracruz, através do qual mais de 90% da produção da empresa é exportada.” (Aracruz Celulose S/A; 2002) Da sua produção, 97% é exportada: 37% para a Europa, outros 37% para a América do Norte e 23% para a Ásia.. As unidades industriais A, B e C, instaladas no município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo, possuem uma capacidade nominal de produção anual de celulose de dois milhões de toneladas, produção essa que é vendida globalmente para fabricantes de papéis absorventes sanitários, de imprimir e escrever, e papéis especiais de luxo, que atendem a demanda do elevado e insustentável padrão de consumo do Primeiro Mundo. ¹⁶

2- A dimensão territorial referente à extensão dos impactos e dos conflitos socioambientais.

O projeto Aracruz Celulose está todo ele baseado na apropriação dos recursos hídricos por meio do domínio da terra. A apropriação das águas para fins de acumulação de capital é base deste empreendimento. A celulose fabricada origina-se de uma planta, o eucalipto, constituído basicamente de **água** e carbono. Assim a ARCEL, exporta indiretamente água, muita água.

Nesta perspectiva, o controle dos recursos hídricos é peça fundamental para a existência e expansão deste empreendimento. O domínio desses recursos pela ARCEL se dá de diversas formas, tais como: pelo monopólio da terra, pelo crescimento urbano e pelas atividades industriais.

O impactante processo de instalação e ampliação do Grupo Aracruz, produziu e continua produzindo graves conseqüências econômicas, sociais, culturais e ambientais, em especial, no que refere à concentração fundiária, à destruição da biodiversidade e dos modos de vida tradicionais, às relações de trabalho e à precária urbanização de povoados e cidades no norte capixaba. A maior parte da área ocupada era coberta pela Mata Atlântica. As

¹⁶ - Dados do Relatório DESC, sobre **“Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo.”** Vitória, 13 de agosto de 2002 (1a.versão). Este relatório foi elaborado por diversas entidades e pessoas que compõem a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, um movimento contra os impactos socioambientais provocados pela monocultura de eucalipto nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

comunidades viviam num modo de vida em que biodiversidade e cultura formavam um complexo.¹⁷

Atingiu diretamente comunidades indígenas, comunidades de pescadores, de quilombolas, camponeses e outras populações locais que têm pelas terras, pelas águas, pelas matas e respectivos seres, fundamentalmente, uma relação de base da reprodução da vida, da cultura e da história.

Comunidades de pescadores

Em Barra do Riacho, município de Aracruz, um povoado constituído originalmente por comunidade de pescadores, vive impactos socioambientais provocados pela ARCEL, que atingem os moradores em praticamente todas as dimensões da vida humana.

Impactos que vão desde ao estreitamento da boca da barra do rio Riacho atingindo a atividade pesqueira local até a prostituição infantil, passando pelo desemprego, fome, falta de perspectiva, drogas, alcoolismo, escassez em todos os planos das necessidades humanas, desestabilização nas relações afetivas, ausência total de políticas públicas e serviços e equipamentos urbanos, perda da liberdade de ir e vir no próprio lugar de vida pela apropriação de áreas públicas como praia e caminhos sob vigilância da empresa e do Estado, contaminação das águas de beber e o consumo inevitável de água engarrafada, a substituição do Estado pela empresa, a escassez total fragilizando as resistências tornando a comunidade e suas lideranças vulneráveis às “políticas sociais” executadas pela empresa e utilizadas como marketing, reforçado pelo discurso ideológico do conceito de “ambiente/qualidade ambiental” e “verde”, “responsabilidade social”, “desenvolvimento”.

No que se refere aos impactos ambientais, propriamente ditos, Barra do Riacho além do estreitamento da boca da barra, foi atingida pelo procedimento de desvio de rios e córregos nas imediações do povoado também para captação de água para as fábricas de celulose (rio Juúna, rio Mãe Boa, rio Pavo, rio engenho, rio São Pedro e nascentes. Outros impactos foram: o desemprego por conta do término das obras das fábricas da ARCEL; a construção de um porto da empresa, o Portocel, para escoamento da produção; ocorrências que vêm degradando econômica e socialmente a comunidade. Outro impacto da fábrica são os efluentes despejados no mar, nas imediações de Barra do Riacho. Os efluentes são lançados ao mar por três emissários submarinos, sendo que dois já existiam desde a primeira fábrica em 1978, e o terceiro na segunda fábrica. São lançados a 1.700 m da praia e a 17 metros de profundidade.

¹⁷ Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção Espírito Santo. **Impactos da Apropriação dos Recursos Hídricos pela Aracruz Celulose nas Terras Indígenas Guarani e Tupunikim – ES.** Vitória, : AGB-ES, março de 2004.

Todo esse processo atingiu também a comunidade de Vila do Riacho, vizinha de Barra do riacho em Aracruz, os municípios de Conceição da Barra e São Mateus e suas comunidades de pescadores, como podemos verificar no Relatório DESC (2002) a seguir:

“Tais procedimentos de atendimento as demandas da produção de celulose ocasionaram a secagem dos rios e a modificação de cursos d’água, gerando problemas sérios às comunidades que vivem em torno destas localidades. O mais grave, é que para obter o desvio desses recursos hídricos, ou mesmo o seu represamento, seria necessário a elaboração de Estudos Prévios de Impacto Ambiental (EPIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), fato que não ocorrera. Nos casos em que o EPIA/RIMA foi solicitado, o mesmo tramitou de forma não convencional, sem respeitar os prazos e as condicionantes ali elencadas. Exemplo disso foi o caso do Canal Caboclo Bernardo (referência a uma personalidade cultural da região) que desviou água do Rio Doce para abastecer as fábricas do Grupo Aracruz.”¹⁸

População Indígena

Pode-se afirmar que o conflito básico nas áreas analisadas está colocado nos seguintes termos:

a) de um lado, um grande projeto industrial que visa o acúmulo de capitais crescentes e para tal monopoliza terras e águas e com isto provoca impactos sociais, culturais, econômicos e ecológicos.

b) de outro, temos as comunidades indígenas Guarani e Tupinikim, pescadores, ribeirinhos e diversas outras populações locais que tem pelas terras, pelas águas, pelas matas e pelos seres das matas e das águas não somente uma relação com um meio produtivo, mas fundamentalmente, uma relação de base da reprodução da vida, da cultura e da história.¹⁹

A água é captada no rio Doce através do canal Caboclo Bernardo e dirigida até as comportas e posteriormente às represas da empresa Aracruz Celulose, através da utilização do rio Comboios. A construção do canal foi feita perpendicularmente em relação ao rio Doce. Observa-se que o volume de água captada é muito grande, pelo movimento em grande velocidade que se observa. Segundo os índios, o nível do Rio Comboios passou a

¹⁸ - Relatório DESC: **“Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo.”** Vitória, 13 de agosto de 2002 (1a.versão).

¹⁹ - Associação dos geógrafos Brasileiros (AGB-ES). Impactos da Apropriação dos Recursos Hídricos pela Aracruz Celulose nas Terras Guarani e Tupinikim - ES. Vitória, março de 2004

ser controlado pela ARCEL. Quando a empresa precisa de mais água para sua produção de celulose, abre-se o canal. O problema é que ao interligar as duas bacias hidrográficas, a do Rio Doce e a do Rio Riacho, o Rio Comboios recebe um volume de água tal que acaba por alagar as poucas áreas de várzea onde se praticava alguma agricultura e pastoreio. Segundo as comunidades, isso compromete diretamente o trabalho e a produção de renda e alimentos. Os peixes do rio praticamente desapareceram. As águas do rio Doce acabam levando alguns poucos peixes para as águas do rio Comboios, mas são espécies “ruins de vender”. Levam também a contaminação por esgotos que são despejados no rio Doce. Nunca foi feito um estudo para controle da qualidade da água.²⁰

A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), conhecida como "pinicão", instalada na área indígena de Piraquê-Açu, em Aracruz, é formada por duas lagoas de estabilização, sendo uma anaeróbica e outra facultativa, onde o esgoto é depositado e submetido a tratamento. As aldeias indígenas, que ficam próximas à estação, sofrem com o mau cheiro, grande número de mosquitos, envenenamento de criações da aldeia e possibilidade de pessoas circularem no local.²¹

A aldeia Pau Brasil, localizada próxima aos cursos d'água dos rios Sahy e Guaxindiba e historicamente ligada a estes rios, sofre grandes impactos provocados pela chegada da ARCEL e pelo crescimento da população urbana do município de Aracruz. Em vários pontos, os rios perderam suas características de ecossistema.

O primeiro problema foi o desmatamento da vegetação nativa para o plantio do eucalipto, ainda em fins da década de 1960 e década de 1970. A área de plantio de eucalipto é atravessada por estradas construídas pela ARCEL para o tráfego de seus veículos de transporte da produção. Na construção dessas estradas, a empresa utilizou o sistema de manilhamento.

Pode-se observar, em vários trechos do rio, um trabalho de engenharia, resultado de análises técnicas e não ambientais promovidas pela ARCEL. O trabalho resultou no manilhamento do curso do rio. *“Hoje a água está parada. Antes desta estrada, o rio era limpo, fundo, com areia fina nas margens e tinha muito camarão pitú, a maré tinha influência até neste ponto. Hoje virou um brejo. No início foi até bom, pois ficou muito peixe preso, mas hoje acabou a natureza do rio. A maré não entra, o rio não passa mais, está tudo parado, morto” (depoimento de liderança indígena).*²²

²⁰ Ibid

²¹ Ibid

²² Associação dos geógrafos Brasileiros (AGB-ES). Impactos da Apropriação dos Recursos Hídricos pela Aracruz Celulose nas Terras Guarani e Tupinikim - ES. Vitória, março de 2004

A situação do Rio Guaxindiba também é crítica. Tendo sua nascente principal dentro do perímetro urbano de Aracruz, recebe no Bairro de Fátima esgoto “in natura” saindo de uma galeria. A galeria por onde passa todo o esgoto da cidade termina dentro do rio Guaxindiba, trazendo todos os tipos de dejetos. São esgotos domésticos, esgoto químico de empresas e outros mais. Ao sair da área urbana percorre uma grande área de monocultura de eucalipto, em áreas pertencentes a ARCEL, recebendo agrotóxicos que são utilizados na monocultura de eucalipto da mesma empresa.²³

Camponeses

Com a compra de cerca de 5000 hectares no município de Vila Valério (ES), desde o ano de 2002, conforme informações do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA-ES), mais de 100 famílias foram expulsas e muitas outras perderam trabalhos temporários. O grande número de famílias expulsas deve-se ao fato que estas não eram donas da terra. Eram os chamados meeiros. No caso de Vila Valério, os meeiros vivem, sobretudo, do plantio de café. O MPA citou casos de produtores que sequer tiveram o direito de colher o café do ano. Os tratores da empresa derrubaram as casas e os pés de café.

Em Jaguaré, também norte do espírito santo, 14 famílias de meeiros foram expulsas da fazenda Barba Negra. O vice-prefeito de Sooretama (Clarindo Manthaya), em 5 de março de 2002, afirmou que numa propriedade de plantio de mamão, cerca de 700 trabalhadores perderam seu emprego porque a área foi comprada pela ARCEL. Faltam ainda o número exato das pessoas que foram expulsas e trabalhadores temporários que perderam seus empregos em função da compra de terras pela ARCEL. Não há informação estatal ou da empresa sobre o assunto.²⁴

Reforma Agrária paralisada.

A preferência da ARCEL em comprar terras planas, férteis e acima de 100 hectares a coloca em competição por terras que poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Os preços que a empresa paga pelas terras é duas a três vezes acima do preço de mercado. A empresa não tem problemas para pagar pelas terras compradas mas, o Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem um orçamento inferior, aliás não desapropriou nenhuma propriedade no Espírito Santo nos últimos anos. Possíveis vendedores preferiram vender suas terras para a ARCEL. Segundo dados do Movimento

²³ Ibid

²⁴ - FASE-ES (Federação de Órgãos para a Assistência Educacional e Social / equipe Espírito Santo). O Caso Aracruz Celulose no Brasil: ECAs exportando insustentabilidade. Espírito Santo, 2003

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cerca de 65 mil famílias esperam suas terras e a ARCEL é hoje o maior obstáculo para a Reforma Agrária.²⁵

Remanescentes Quilombolas

Os dados que o INCRA dispõe sobre as comunidades remanescentes de quilombos do ES são ainda insuficientes mas já indicam uma grande demanda. Na região do Sapê do Norte, localizada entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, há uma concentração de comunidades quilombolas. Mesmo sem referências precisas sobre a situação dessas terras, sabe-se que a maioria delas não está registrada ou escriturada. Isso tem facilitado o avanço da monocultura, especialmente de eucalipto (ARCEL) e cana-de-açúcar (DISA), no entorno dessas áreas e a perda de grande parte do território original dos quilombos. Os reflexos desse confronto entre grandes empresas e populações tradicionais são visíveis no empobrecimento do solo, no esgotamento dos recursos hídricos antes abundantes e no conseqüente impacto econômico e social sobre as famílias.

Em outras regiões do estado as comunidades remanescentes de quilombos apresentam realidades bem distintas. Existem em torno de 15 comunidades nas regiões central e sul. Existem também indicações de comunidades em outros municípios da região norte do estado, mas ainda não há levantamento preciso.

De um modo geral, das realidades já conhecidas pelo INCRA, pode-se afirmar que constantes são os conflitos com fazendeiros e/ou grandes empresas, a perda de terras e o êxodo das famílias quilombolas.

Sociedade Civil em Rede

A gravidade dos impactos socioambientais causados pelas atividades da citada empresa tem gerado uma diversidade de ações de enfrentamento, denúncias por diversos protagonistas sociais e por diversos meios.

Para lutar contra os danos que a monocultura do eucalipto causa ao meio ambiente, mais de cem organizações entre movimentos sociais do campo e cidade criaram a Rede Contra o Deserto Verde, para evitar a continuidade da apropriação de terras pela ARCEL no Brasil, para exigir devolução de terras indígenas e quilombolas e para exigir recuperação ambiental, fortalecendo o modo familiar da produção agrícola.

O movimento que atua em forma de rede expressa na sua diversidade de composição e de ações, o caráter diverso que a temática socioambiental apresenta e exige na sua apreensão.

²⁵ Ibid

A Rede Alerta contra o Deserto Verde tem alertado sobre os graves impactos sociais, ambientais, culturais e econômicas da monocultura de eucalipto em larga escala para fins de celulose e de carvão.

A Rede vem se construindo, de forma mais articulada, desde 1998 e hoje abrange 4 estados da federação: Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Reúne lideranças quilombolas, índios guaranis, tupinikins e pataxós, geraizeiros, MST, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), pescadores, trabalhadores dos plantios, sindicatos de trabalhadores rurais, além de um vasto leque de atores: bispos católicos e pastores luteranos, Ongs, acadêmicos, cientistas, vereadores, deputados, cidadãos e entidades das mais diversas e significativas da sociedade civil brasileira. Ao todo são dezenas de milhares de pessoas, direta ou indiretamente afetadas pelas plantações industriais de árvores no Brasil. A Rede Alerta Contra o Deserto Verde, movimento que luta contra a expansão da monocultura do eucalipto para produção de celulose e carvão vegetal no Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, denuncia as profundas violações dos direitos econômicos, culturais e socioambientais provocadas por este complexo agroindustrial exportador.

A Rede Alerta entende que não é suficiente buscar saídas temporárias dentro do modelo atual de desenvolvimento. Propõe mudar drasticamente os rumos deste modelo que gira em torno da acumulação financeira e do consumo ilimitado, e construir uma outra lógica de desenvolvimento onde o ser humano seja concebido na sua totalidade. Propõe alterar a forma de utilização dos recursos naturais do planeta.

Conscientes da insustentabilidade do presente modelo, movimentos e comunidades que integram a Rede Alerta Contra o Deserto Verde discutem e desenvolvem experiências novas no campo da produção, valorizando a biodiversidade e os saberes locais, construindo assim uma outra relação com o ambiente.²⁶

Natureza e Sociedade requerem uma explicação conjunta

Milton Santos afirma que: *“Cada indivíduo é apenas um modo da totalidade, uma maneira de ser; ele reproduz o Todo e só tem existência real em relação ao Todo.”* (1996:98). Diz ainda que: *“A transformação do todo, que é uma integral, em suas partes - que são as suas diferenciais, dá-se, também, por uma distribuição ordenada, no espaço, dos impactos do Todo, por meio de suas variáveis. As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infra-estruturas. É esse o próprio*

²⁶ - Carta de Porto Seguro (Movimento Alerta Contra o Deserto Verde); 29/072003

princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular.” (1996:100) “Cada indivíduo é apenas um modo da totalidade” é uma afirmação que provoca o questionamento da palavra “apenas” e nos faz remeter à consideração da coexistência articulada das particularidades e singularidades como possibilidade de existência real. A problemática socioambiental que se apresenta no Espírito Santo, conforme exposição acima, traz consigo um espectro amplo de possibilidades relacionais e conseqüentemente analíticas. Verifica-se sim, “combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram”, mas, verifica-se também, modos singulares de relação com essas combinações.

Mas é o próprio autor que nos remete à reflexão sobre a diferença, e dessa para a singularidade, quando afirma: “*Mas, as ‘condições’, as ‘circunstâncias’, o meio histórico, que é também meio geográfico, devem paralelamente ser considerados, pois ‘não podem ser reduzidos ao universal’.* No exame do processo que levou à constituição de um evento, é insuficiente considerar, apenas o universal, lembra J.J. Goblot (1967,p.10), quando aconselha a fazer encontrar, no mesmo objeto, a unidade com a diferença.”(1996:101) Essa “unidade com a diferença” não poderia ser pensada como a “singularidade” inerente a própria existência? Discutindo a universalidade atual do fenômeno de região, Milton Santos demonstra que “... *nenhum subespaço do Planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização.*”; isso porque “... *o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares...*”. (1996:196)

Na discussão sobre o global e o local, Milton Santos reflete sobre redes e suas escalas de ação: “*As redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo*” .(1996:215) Analisando os impactos das ações da ARCEL no Espírito Santo, um espaço de múltiplas territorialidades, de “multiversidades”, não há como negar que: “*A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque essa ordem conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global.*” (SANTOS; 1996: 269). Nessa mesma direção o autor afirma que: “... *enquanto o ‘mundo’ intervém no espaço e o transforma unilateralmente, para responder localmente a imperativos ditos globais, mas exclusivos – como os interesses das transnacionais – a complexidade da organização espacial é agravada, como um problema coletivo. A luta pelo uso do espaço coloca em posição ativa as empresas gigantes e reserva às demais uma posição passiva, subordinada. Essa é uma situação de conflito, a ser mantida, atenuada, suprimida, segundo as circunstâncias, mas, em todo caso, regulada.*” (1996: 269)

A questão necessária a ser colocada aqui é: quem “usa” o espaço? As posições que o autor atribui às empresas (ativa/passivo) não é a mesma que se verifica, muitas vezes, na relação empresas (principalmente gigantes, como é o caso da ARCEL) e comunidades camponesas, tradicionais? A explicitação da situação de conflito, ou seja, ações de lutas coletivas, passam necessariamente pela desigualdade das condições de luta, desigualdade essa dada pela posição passiva imposta, mas não aceita.

Outra questão que se apresenta é quanto ao sentido da palavra “uso”, o que nos remete à reflexão sobre as múltiplas formas de relação sociedade/natureza, verificáveis nas ações das comunidades em questão. A noção de “uso” nos remete à noção de recursos que por sua vez nos remete à dimensão econômica da relação sociedade/natureza, como um “a priori”, o que negligenciaria as demais dimensões da vida: afetiva, simbólica, perceptiva, cultural, articuladamente com a dimensão econômica. Dimensões essas que nos faz pensar na existência singular, embora articulada com a existência particular (o Todo e as Partes). São questões para o debate.

O presente estudo propõe discutir a articulação das noções de totalidade e de singularidade na análise e interpretação geográficas, pela verificação das combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram na forma particular e se articulam com as singularidades, apreendendo as manifestações empíricas dos danos socioambientais no território apropriado pela empresa ARCEL, e dos conflitos territoriais que compõem esse quadro, incluindo ações de resistências da sociedade civil organizada.

Este procedimento deverá necessariamente considerar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e o lugar, mas também as singularidades. A explicitação dos problemas socioambientais no local citado revela um conjunto de partes em relação mútua, mas revela também a relação destas com elementos específicos, singulares. Possibilita verificar articulações de escalas que vão do plano da vivência do sujeito indivíduo, passando por territórios das comunidades tradicionais locais, às relações internacionais que movimentam o sistema-mundo.

O trabalho envolve problematizações de conceitos e paradigmas do universo ambientalista e geográfico, em suas dimensões ideológicas e territoriais. Algumas questões se apresentam: Qual a relação do conceito de “meio-ambiente” com o conceito de “espaço geográfico” e/ou “território”? O conteúdo da expressão “socioambiental” pode significar, por si, a explicação conjunta da sociedade e natureza? Ou o acréscimo do radical “ambiental” é redundância já que podemos afirmar que não existe sociedade sem ambiente, sem espaço, sem território, sem natureza? Mas o “conceito “socioambiental” poderia se fazer necessário considerando o contexto ideológico que envolve o debate ambientalista, onde o sentido de conservação/preservação é carregado do entendimento de segregação social, cultural,

econômica? No debate sobre ciência e sua ética, tecnologia e relação sociedade/natureza o conceito de “floresta” comparece como um conceito ‘instrumento’ da ideologia hegemônica de “desenvolvimento”, que é também outro conceito que se é trazido ao debate socioambiental entre empresas e comunidades locais (camponeses, tradicionais...). O debate sobre “desenvolvimento” nos remete à discussão do conceito de “biodiversidade” a medida que geralmente este aparece nos discursos excludentes das camadas pobres da sociedade e coloca diante da necessidade de refletir sobre o sentido da palavra “bio” (qual vida se refere?) e “diversidade”. Por sua vez, o conceito de “diversidade” problematiza amplamente as relações sociais pois conflita-se com movimentos homogeneizadores, “mono-culturais”, hegemônicos, impostos pelo dimensão perversa do processo de globalização. *“A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e como território, regidos pela interação.”* (SANTOS; 1996: 272)

Só tem sido possível pensar a sociedade como homogenia (principalmente pela veiculação ideológica) porque o universo da mercadoria, através da sua artificialidade (baseada na tecnologia), fragmenta o sentido universal da existência humana quando tenta retirá-la da natureza, artificializando-a, negando sua característica primeira que é a diversidade inerente à vida. Podemos dizer que talvez essa possa ser a violência maior, geradora das demais violências que atingem o Planeta.

Esse trabalho possibilita, ainda, a problematização das dicotomias: sociedade/natureza, rural/urbano, agrícola/industrial, local/global, singular/particular/universal... Problematiza a parceria Estado/empresa, o que envolve discussões acerca do conceito de democracia, sobre o caráter e a própria necessidade do estado, o que nos remete ao debate sobre a auto-gestão da sociedade civil e o neoliberalismo.

A problemática socioambiental no Espírito Santo, especificamente as ações da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, revela sinalizações de superação de formas fragmentárias das lutas sociais. Segundo Milton Santos (1984): *“pela primeira vez na história da humanidade, estamos convivendo com uma universalidade empírica”*, de modo que a noção de totalidade é a que nos permite um tratamento objetivo. (1996:92).

Uma importante questão se apresenta então: as questões do lugar hoje, diante das formas e conteúdos globais e globalizantes (espaços globalizantes) devem *necessariamente* ser tratadas no plano dessa totalidade? Ou as noções se articulam, a de totalidade, particularidade e singularidade? Qual o território do conceito?

REFERÊNCIAS

- ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização**. São Paulo: USP (Tese Doutorado), 1999.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – seção Espírito Santo. **Impactos da Apropriação dos Recursos Hídricos pela Aracruz Celulose nas Terras Indígenas Guarani e Tupunikim – ES**. Vitória, AGB-ES, março de 2004.
- CARRERE, Ricardo (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais). Informativo Campanha Plantações. **Dez respostas a dez Mentiras**. Motevidéo – Uruguai: Secretariado Internacional Maldonado 1858, outubro de 1999.
- DALCOMUNI, Sonia. **A implantação da Aracruz Celulose no ES: principais interesses em jogo**. 1990.
- ESPÍRITO SANTO SÉC. 21, **Documento síntese: os grandes diretores do processo de transformação do ES**.
- FASE-ES (Federação de Órgãos para a Assistência Educacional e Social / equipe Espírito Santo). **O Caso Aracruz Celulose no Brasil: ECAs exportando insustentabilidade**. Espírito Santo, 2003
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Programa de desenvolvimento regional integrado – Região-Progama IV – Linhares**. Relatório preliminar. 1 v., 1983. p. 34.
- MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território Colonial Brasileiro no ‘longo’ século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOVIMENTO ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. **Carta de Porto Seguro**. 29/072003
- MOVIMENTO ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. **Os Danos Socioambientais da Monocultura do Eucalipto no Espírito Santo e na Bahia**. Seminário, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, junho/2000.
- MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. **Plantações para Celulose: um problema crescente**. Informativo: Campanha Plantações. Montevideo – Uruguai, julho de 1999.
- MOTTA, Nara Cuman. **As conseqüências da implantação do Projeto Aracruz Celulose sobre a estrutura econômica da Região de Linhares**.
- OVERBEEK, Winfried e SOARES, Marcelo Calazans. **O caso Aracruz Celulose no Brasil: ECAs exportando insustentabilidade**. Espírito Santo, Brasil: FASE-ES, Campanha Finlandesa de ONGs (...), 2003.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Armando Corrêa da. **De quem é o Pedaco?** São Paulo: Hucitec, 1986.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual – natureza, capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.
- SOARES, Marcelo Calazans (coord.) **Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo. (Relatório DESC)**. Vitória: FASE, 2002.
- TEMPO E PRESENÇA (Revista Bimestral da KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço). **Plantando Desertos**. Ano 25, no. 329. Rio de Janeiro: KOINONIA, mai/jun/2003.
- Thuswohl, Maurício. **A Insustentável produtividade da celulose**. Rio de Janeiro: Agência Carta Maior, 27/04/2004.